

*O Estado de São Paulo,
Segunda-feira, 4 de março de 2001*

Munique de novo?

AMPLIAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA É QUESTIONADA POR POLÍTICOS NA ALEMANHA
E NA ÁUSTRIA

MARCELO DE PAIVA ABREU

A constituição da União Europeia está alicerçada num entendimento entre as principais nações continentais da Europa quanto aos benefícios da integração, num primeiro momento, essencialmente econômico e, mais modernamente, com fortes elementos políticos. Gradativamente foram absorvidas as economias na orla do sistema inicial do Tratado de Roma: o recalcitrante Reino Unido e a Irlanda, as economias nórdicas, as economias ibéricas, Grécia e Áustria. Especialmente no quadro pós-1990, ganhou força a idéia de que seria essencial que a União Europeia absorvesse "no devido tempo" um razoável número das pequenas e médias economias, anteriormente na órbita soviética. Entre elas, em posição destacada pelos seus velhos e sólidos laços com a Europa Ocidental, a República Checa.

A história da Checoslováquia foi marcada por grande sucesso econômico e político durante o período entre as duas guerras mundiais. Em meio a ditaduras de matizes variados em praticamente todas as pequenas economias do Leste Europeu, a jovem democracia checa brilhava sob Masaryk e Benes e, com forças bem equipadas e forte base industrial, constituía o único aliado democrático da França e do Reino Unido na região. A anexação da Áustria pela Alemanha no começo de 1938, viabilizada pela tibieza franco-britânica, comprometeu o sistema defensivo checoslovaco e teve como corolário o aumento das pressões alemãs quanto à anexação dos Sudetos, áreas da Checoslováquia em que a maioria da população era de origem alemã. O vergonhoso Tratado de Munique, acordado logo em seguida, entre Alemanha, Itália, França e Reino Unido, resultou no início do esvaziamento da Checoslováquia com a perda dos Sudetos e culminou no fim da soberania checa com a invasão alemã no início de 1939. É até possível aceitar que os aliados ocidentais não tinham alternativa, pois a eclosão da 2.^a Guerra Mundial em 1938 seria ainda mais desfavorável aos aliados ocidentais do que em 1939, embora haja quem defenda o contrário. Mas é difícil não ficar nauseado com a clássica tomada de cine-jornal que mostra o primeiro-ministro britânico Neville Chamberlain de volta de Munique sacudindo o texto e bradando: "This is peace for our time", ou seja, que o tratado iria assegurar paz duradoura.

Não há, portanto, nenhuma dúvida de que, na melhor das hipóteses, o cálculo estratégico franco-britânico levou ao sacrifício de uma democracia modelar para evitar o que o mesmo Chamberlain chamou de "quarrel in a far away country between people of whom we know nothing" (uma briga num país distante entre povos a respeito de quem nada sabemos). Há uma dívida de Paris e Londres com a República Checa e com a República Eslovaca. Há, também, uma dívida alemã, mas de natureza bastante mais séria: basta lembrar o campo de Terezin ou o massacre de Lidice.

Um elemento importante para desestabilizar a jovem república antes de Munique foi o comportamento das minorias alemãs que, em esmagadora maioria, como havia sido o caso na Áustria, saudaram entusiasticamente a entrada das tropas alemãs e cooperaram lealmente com o regime nazista até a derrota em 1945. Não é exatamente surpreendente que o governo da Checoslováquia tenha decidido, em 1945, expulsar para a Alemanha um grande número de sudetos com base na sua deslealdade em relação à república e expropriar sua propriedade com base em legislação conhecida como decretos Benes, ratificada pelos aliados na conferência de Potsdam e pela assembléia nacional checoslovaca em 1946. O processo envolveu arbitrariedades, injustiças e, provavelmente, afetou pessoas que não haviam aderido explicitamente aos nazistas. O presidente da então república checoslovaca Václav Havel lamentou esses eventos em 1990, reconhecendo que injustiças foram cometidas.

Recentemente, entretanto, o assunto voltou à baila com as pressões exercidas por políticos de direita na Áustria e na Alemanha para que a União Européia condicione a admissão da República Checa em 2004 ao cancelamento dos decretos Benes, o que teria importantes conseqüências patrimoniais, além de ser de difícil digestão política interna na República Checa. Entre os que apóiam os pleitos dos Sudetos podem ser arrolados, além do notório ultradireitista austríaco Jörg Haider, o líder da coalizão governamental austríaca de centro-direita, Wolfgang Schüssel, e Edmund Stoiber, primeiro-ministro bávaro, líder da União Social Cristã. Stoiber é sério adversário de Gerhard Schröder na disputa para ocupar a posição de chanceler nas eleições de setembro, se as dificuldades do megagrupo de mídia Kirch, famoso por suas relações íntimas com o banco regional bávaro, não se agravarem.

Poucos observadores imparciais questionariam a afirmação de que as conveniências políticas ocidentais durante a guerra fria racionalizaram muita leniência na apuração de crimes de guerra na Alemanha. Quanto à Áustria, é suficiente lembrar a escabrosa história do cover up das atividades do presidente Kurt Waldheim na Iugoslávia. Para que legítimas preocupações éticas pudessem justificar a concentração de atenções nos decretos Benes, seria necessário um amplo reexame de culpas relativas na 2.^a Guerra Mundial. Isso não parece ser um exercício útil a esta altura da história. A posição oficial da União Européia é que o cancelamento dos decretos Benes não será pré-condição para a admissão checa. Mas o retrospecto é preocupante. Será que Londres e Paris repetirão o seu desempenho de 1938? As conquistas econômicas e políticas relacionadas à integração européia não devem ser comprometidas por capitulação a pressões inaceitáveis de políticos que não hesitam em cortejar a ultradireita.

Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio